

1 **ATA DA 438ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO**
2 **MÉDIO VALE DO ITAJAÍ (AMMVI), REALIZADA NO DIA DEZESSETE DE SETEMBRO DE**
3 **DOIS MIL E QUINZE, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU/SC.**

4 Aos dezessete dias do mês de setembro de dois mil e quinze, às quinze horas e trinta minutos, no
5 Auditório da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI), realizou-se a
6 quadringentésima trigésima oitava Assembleia Geral Ordinária da entidade, presidida pelo prefeito de
7 Rodeio, senhor Paulo Roberto Weiss e secretariada por mim, Michele Prada. Estiveram presentes
8 prefeitos, técnicos e demais convidados, conforme registro de presença. Declarando aberta a assembleia,
9 o presidente da AMMVI agradeceu a presença de todos e convidou o segundo vice-presidente da
10 Associação e prefeito de Indaial, senhor Sergio Almir dos Santos, para compor a mesa de trabalhos e,
11 constatando quórum estatutário, deu início à assembleia. Inicialmente, o presidente determinou a leitura
12 da Ordem do Dia, assim composta: 1 - Leitura e votação da ata da assembleia anterior; 2 - Apresentação
13 da Celesc (Cosip); 3 - Recursos da saúde; 4 - Situação financeira dos Municípios e contas do exercício de
14 2015; 5 - Saneamento básico; 6 - Aprovação de resoluções da AMMVI; 7 - Pré-Assembleia Regional da
15 Fecam; 8 - Assuntos gerais. O presidente apresentou o item um, confirmando o recebimento antecipado
16 da ata pelos prefeitos, que foi encaminhada para deliberação e, não havendo manifestação em contrário, o
17 documento foi aprovado por unanimidade. Após, o presidente progrediu para o segundo item em pauta,
18 momento em que convidou para fazer explanação o gerente regional das Centrais Elétricas de Santa
19 Catarina (Celesc), senhor Cláudio Varella. Ele primeiramente frisou os contratos entre a Celesc e as
20 Administrações Municipais, explicando da importância de se ter o documento assinado e vigente. A
21 assinatura e vigência deste contrato é imprescindível para o repasse dos recursos da Cosip (Contribuição
22 para Custeio do Serviço de Iluminação Pública) e também para a troca das lâmpadas da iluminação
23 pública, além de que a Celesc tem prazo para assinatura dos contratos em virtude de auditoria e para
24 garantir o respaldo legal do repasse. Em seguida, a senhora Rosane Reiter Santos falou que o valor da
25 arrecadação da Cosip e sua forma de cobrança são determinados por lei municipal, cabendo à Celesc a
26 viabilização da cobrança via fatura de energia elétrica. Segundo ela, à época da formalização da cobrança
27 da Cosip, não estava previsto no estudo as bandeiras tarifárias, que são um incremento mensal cobrado
28 dos consumidores para cobrir custos de geração de energia. Atualmente há três tipos de bandeiras
29 tarifárias: verde, amarela e vermelha. No ano passado, as distribuidoras de energia já colocavam esta
30 informação nas faturas de energia elétrica, embora o adicional ainda não fosse cobrado. Conforme relato,
31 em dois mil e catorze, somente dois meses tiveram bandeira amarela, nos demais se estava em bandeira
32 vermelha. Quando se está na bandeira verde, o custo de geração de energia é baixo, com MWh abaixo de
33 R\$ 200,00 (duzentos reais) e não há cobrança adicional. Já na cobrança amarela, o custo de geração ainda
34 está em patamar razoável, entre R\$ 200,00 (duzentos reais) e R\$ 388,48 (trezentos e oitenta e oito reais e
35 quarenta e oito centavos) o MWh mais impostos, com uma cobrança adicional de R\$ 1,50 (um real e
36 cinquenta centavos) por kWh mais impostos. Já na bandeira vermelha, o custo de geração de energia é
37 maior e o MWh está acima de R\$ 388,48 (trezentos e oitenta e oito reais e quarenta e oito centavos), cuja
38 cobrança adicional fica em R\$ 4,50 (quatro reais e cinquenta centavos) por kWh. Se o custo de energia
39 está baixo, é sinal que as termoeletricas não foram ativadas, pois estas foram criadas somente para picos
40 de energia, porém estão operando diuturnamente. No entanto, como estas termoeletricas têm um custo de
41 manutenção alto e demorado, as bandeiras tarifárias foram implementadas para tentar frear o consumo, o
42 que não significa desacelerar economicamente e sim ficar atento ao desperdício. Consoante a senhora
43 Rosane, a tendência não é investir em geração de energia, e sim em conscientização para evitar o





ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

44 desperdício e fomentar a auto geração. A cobrança efetivamente iniciou em dois mil e quinze e não há
45 previsão de ser retirada. Após, o senhor Varella apresentou aos prefeitos uma tabela exemplificando o
46 extrato que eles recebem da Celesc, no qual estão expostos os valores de arrecadação da Cosip, o débito
47 da fatura, a taxa de administração, o saldo e o adicional da bandeira. Além disso, o gerente da Celesc se
48 comprometeu em enviar aos prefeitos documento referente ao consumo de energia nos municípios. Em
49 prosseguimento, no terceiro item, o presidente da AMMVI cobrou a ajuda da Federação Catarinense de
50 Municípios (Fecam) em apoiar os municípios na defesa pelo repasse em dia dos recursos dos programas
51 do Estado, principalmente da Farmácia Básica e o incentivo do Programa Estratégia Saúde da Família.
52 Informou ainda que no dia quatro de setembro foi promovida uma reunião com o secretário de Estado da
53 Saúde, João Paulo Kleinübing, em que os prefeitos cobraram novamente solução para os valores em
54 atraso dos programas estaduais de co-financiamento da saúde pública, cuja soma até julho deste exercício
55 chega a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) nos municípios da AMMVI. Na ocasião, participaram
56 os prefeitos de Apiúna, Ascurra, Doutor Pedrinho, Indaial, Pomerode e Rodeio, e os secretários de Saúde
57 de Ascurra, Blumenau, Botuverá, Doutor Pedrinho e Rodeio. O presidente ressaltou que a preocupação
58 dos prefeitos está ainda quanto ao pagamento do incentivo de Média e Alta Complexidade (MAC) de R\$
59 0,30 (trinta centavos) por habitante, que está em atraso desde janeiro em todos os catorze municípios do
60 Médio Vale do Itajaí. Neste caso, o secretário de Estado disse que não há previsão de repasse, pois não
61 está no orçamento do Estado para este ano. Esta situação se agrava em Blumenau, Brusque, Gaspar e
62 Indaial, porém todos os municípios são afetados. Quanto ao governo federal, o presidente solicitou a
63 articulação da Fecam para que cobre do Ente o pagamento das obras e dos programas em execução, pois,
64 segundo ele, é inadmissível pensar em outras políticas públicas sem conseguir honrar com as atuais. O
65 secretário executivo da AMMVI, senhor José Rafael Corrêa, informou ainda que foi enviado ofício a
66 Kleinübing cobrando medidas e solução para os atrasos no MAC. O valor foi uma conquista e ano
67 passado o repasse aconteceu. O prefeito de Indaial disse que o secretário de Estado prometeu ao Conselho
68 de Secretarias Municipais de Saúde (Cosems) que publicará um cronograma de pagamento do MAC e, se
69 isso se concretizar, é sinal de que as cobranças estão surtindo efeito. O secretário municipal de Gestão
70 Governamental de Blumenau, senhor Paulo Eduardo de Oliveira Costa, reforçou que este caos na saúde é
71 pertinente em todos os municípios, e em Blumenau o cenário está piorando, principalmente por ser gestão
72 plena, e sugeriu que isso seja anunciado em nível estadual. Na opinião dele, os municípios estão
73 financiando aquilo que o Estado não paga e deve ter pressão e ir ao conhecimento da opinião pública
74 como forma de estimular o governo estadual a tomar medidas. O secretário executivo falou ainda dos
75 atrasos da União e tomou como exemplo Blumenau, informando que a maior parte dos valores de
76 outubro, novembro e dezembro do ano passado foram pagos em janeiro e fevereiro deste ano,
77 representando R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais), porém ainda têm repasses posteriores. O senhor
78 Corrêa disse que os atrasos são recorrentes há anos, porém no corrente exercício tem se agravado na
79 quantidade de meses, especialmente os valores do Estado. O prefeito de Pomerode, senhor Rolf
80 Nicolodelli, falou da preocupação dos gestores públicos e mostrou sua indignação quanto aos atrasos do
81 Estado e da União, prejudicando ainda mais os Entes municipais. Ele disse ainda que é incabível a
82 situação dos convênios, pois, uma vez assinados, não justifica agora a falta de recursos. O presidente
83 reforçou que os prefeitos devem estar unidos neste debate, pois é relevante transmitir a reivindicação
84 como entidade e, por isso, os prefeitos precisam participar na discussão. Dando seguimento, o presidente
85 da AMMVI falou da situação financeira dos municípios, momento em que foi apresentada aos prefeitos a
86 evolução da arrecadação do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no ano passado e desde janeiro

87 deste ano. Conforme dados, o Fundo teve queda em relação ao mês anterior em junho (-13%), julho (-
88 12,40%) e agosto (-1,10%). Em setembro, há previsão de queda de 21,60% em relação a agosto e 10,20%
89 se comparado ao mesmo período do ano anterior. A previsão é que em outubro e novembro tenha-se
90 aumento, porém não significativo e não o suficiente para aliviar as contas públicas. Segundo o secretário
91 executivo da AMMVI, a projeção da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) é que em novembro o FPM
92 chegue a 7,88% de aumento do exercício, o que não cobre a inflação e, em valores nominais, não denota
93 aumento real em relação ao ano anterior. O senhor Rafael explicou ainda que tais valores são diferentes
94 do que havia sido previsto pela STN nos meses de julho, agosto e setembro, concretizando uma queda
95 maior do que a prevista. O presidente relatou ainda a preocupação dos prefeitos quanto às contas dos
96 municípios, pois os valores do FPM não têm acompanhado o reajuste da inflação, além disso, há o
97 aumento da folha de pagamento dos servidores públicos, deixando alguns municípios perto ou além dos
98 54%. Quanto ao Imposto sobre Circulação de Serviço (ICMS), a arrecadação apresentou queda de 4% e
99 0,90% em relação ao mês e ao ano anteriores, respectivamente. Isso reflete negativamente em muitos
00 municípios, alguns dos quais também tiveram queda no índice do Valor Adicionado (VA) e o repasse tem
01 sido significativamente menor. Da mesma forma, o IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos
02 Automotores) teve queda de 11,20% em relação a julho. Já o aumento do Fundeb (Fundo de Manutenção
03 e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) de 2,8% e do
04 Salário Educação, de 0,40%, foram irrisórios. O senhor Corrêa exemplificou ainda o aumento de gastos
05 dos municípios com saúde e educação, que tem sido superior ao da receita de impostos. Disse ter
06 município da AMMVI onde, de dois mil e oito a dois mil e catorze, a receita aumentou em 93,55%,
07 enquanto que o crescimento dos gastos com saúde e educação foram superiores a 176% e 123%,
08 respectivamente. No caso de Indaial, as despesas com pessoal representava 49,56% da receita corrente
09 líquida em dois mil e dez. De setembro de dois mil e catorze a agosto de dois mil e quinze, esta
10 porcentagem passou a 51,90%. Aqui se observa que o comprometimento da folha de pagamento tem sido
11 menor que o aumento do custeio da saúde e educação. Já em Guabiruba, as despesas com pessoal do
12 Poder Executivo passou de 47,38% a 55,49% nos últimos dois anos. O senhor Corrêa apresentou ainda
13 aos prefeitos o demonstrativo das despesas com pessoal no primeiro semestre de dois mil e quinze, que
14 reflete quais estão no limite máximo e quais no prudencial. O secretário executivo alertou para o
15 problema de encerramento das contas deste ano e a negociação salarial, pois há o crescimento vegetativo
16 da folha e o índice de inflação que deve ultrapassar os 10%. Em continuidade na pauta, a tecnóloga em
17 Gestão Ambiental da AMMVI, senhorita Dominique Carinie Kulkys, informou os prefeitos sobre a
18 campanha encabeçada pela Associação referente ao esgotamento sanitário, que utiliza a frase de apoio
19 “Água limpa só com esgoto tratado”. Com a campanha, os municípios estão criando condições para
20 cumprimento da Cláusula 3.6 do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) referente a vistoria dos
21 imóveis irregulares. Para tanto, foi formulado um folder educativo com mascote para conscientizar os
22 cidadãos da importância da fossa e filtro onde a rede coletora não existe, dentro de um planejamento de
23 no mínimo um ano. Essa campanha será replicada em toda a Bacia do Itajaí, pois está sendo o tema da
24 Semana d’Água do Comitê do Itajaí, já realizando assim, a educação ambiental que o Plano de
25 Saneamento prevê. Outro informe diz respeito ao projeto piloto que visa diagnosticar o número de
26 residências em situação regular com a obrigatoriedade da implementação de fossa séptica. Protocolou-se
27 no Ministério Público o Ofício 181, datado de 28 de julho de 2015, que relata que tal projeto foi
28 primeiramente implementado em Benedito Novo, por meio de pesquisa, em que foram visitadas duzentos
29 e quarenta e seis residências, que representa aproximadamente 15% do município. A visita ocorreu em



30 vinte e dois de agosto e foi realizada por um grupo de quinze pessoas. A pesquisa foi promovida pela
31 prefeitura com a parceria da AMMVI e do Instituto Furb e a amostra utilizada no diagnóstico foi
32 determinada conforme fórmula de dimensionamento de populações finitas de acordo com o Instituto
33 Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No momento, está sendo elaborado um relatório com os
34 resultados a serem demonstrados. A senhorita Dominique lembrou ainda que a AMMVI mantém
35 arquivados todos os materiais emitidos ao Ministério Público de Santa Catarina (MP/SC) referente ao
36 TAC para o esgotamento sanitário. No momento, a AMMVI está solicitando aos gabinetes e aos técnicos
37 responsáveis pelo TAC que encaminhem os ofícios respostas e seus respectivos anexos referente ao ano
38 de dois mil e catorze e dois mil e quinze. Porém, até o momento emitiram resposta somente Ascurra,
39 Doutor Pedrinho, Gaspar, Rio dos Cedros e Timbó. Além disso, solicitaram também que verifiquem o
40 ofício referente aos resíduos sólidos e encaminhem resposta para AMMVI. Com este arquivamento,
41 garante-se segurança das informações, acompanhamento das atividades e controle da AMMVI referente
42 aos municípios frente ao Ministério Público. A senhorita Dominique frisou ainda que, de acordo com a
43 Cláusula 10ª do TAC, o Município deverá prestar, a cada doze meses da assinatura do TAC, relatório
44 informando o cumprimento das obrigações constantes no instrumento. Na maioria dos municípios esta
45 data vence em outubro, por isso a AMMVI está lembrando aos técnicos e procuradores municipais que
46 realizem o relatório antes do MP/SC solicitar via ofício. Finalizando sua explanação, ela convidou os
47 prefeitos a participarem do terceiro Seminário Cidadania pela Água na Bacia do Rio Itajaí e Saneamento
48 Básico, a ser realizado no dia seis de outubro, em que será apresentado o que se realizou no ano de dois
49 mil e quinze para o cumprimento do TAC, os resultados do monitoramento dos Termos e o andamento
50 dos encaminhamentos que foram almejados no 3º Seminário de Extensão Monitoramento dos TACs do
51 Saneamento da Bacia do Rio Itajaí, realizado em junho do ano passado. O prefeito de Botuverá, senhor
52 José Luiz Colombi, questionou se foi dado algum encaminhamento às sugestões feitas durante o
53 Seminário Controle de Terraplanagem e Prevenção de Riscos, ao que o secretário executivo disse que está
54 aguardando resposta do Coordenador do Centro de Apoio do Meio Ambiente, Promotor de Justiça
55 Paulo Antonio Locatelli, que deverá palestrar em um evento relacionado ao assunto no dia quinze de
56 outubro, na AMMVI. Na ocasião, também se está buscando a apresentação de um município que tenha
57 elaborado o estudo socioambiental, e de Blumenau, cujo documento está em fase de produção. Para o
58 prefeito, deve-se buscar a padronização dos processos das liberações e, aqui, a atuação da AMMVI é
59 imprescindível. Prosseguindo a reunião, os prefeitos aprovaram as Resoluções nº 13 e nº 14 da AMMVI.
60 A primeira altera o Regulamento do Quadro de Pessoal aprovado pela Resolução nº 06/08, e dá outras
61 providências. Já a segunda promove reenquadramento de empregada no Quadro de Pessoal da AMMVI,
62 designa colaborador em função gratificada, e dá outras providências. Seguindo adiante, a Federação
63 Catarinense de Municípios (Fecam) tratou a sua Pré-assembleia Regional, que foi conduzida pelo diretor
64 de Articulação Institucional, Celso Vedana, e pelo diretor executivo, Rodrigo Guesser. Na ocasião, eles
65 fizeram a prestação de contas da aquisição da sede administrativa das entidades que compõem o Sistema
66 Fecam, como também apresentaram e deliberaram a proposta da oitava alteração do Estatuto Social da
67 Fecam - troca de endereço da entidade. O senhor Vedana justificou a ausência do presidente e dos vice-
68 presidentes da entidade. O senhor Guesser apresentou o primeiro item, mostrando aos prefeitos a nova
69 sede da Fecam, localizada na Rua General Liberato Bittencourt, nº 1885, em Florianópolis. Falou ainda
70 da mudança do estatuto, conforme segue: alteração do endereço; alteração do Artigo 16, que trata da
71 Assembleia Geral Ordinária e das pré-assembleias extraordinárias; exclusão do parágrafo que trata da
72 forma de contabilização. Diante disso, os prefeitos aprovaram as modificações. Após, o diretor executivo





ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

73 repassou a evolução da receita de contribuições, cujo montante de janeiro a agosto está em R\$
74 3.403.149,75 (três milhões, quatrocentos e três mil, cento e quarenta e nove reais, setenta e cinco
75 centavos). Sobre redução de despesas, falou-se aos prefeitos que foi feita na folha de pagamento, cuja
76 diminuição de janeiro a agosto deste ano foi de R\$ 40.121,10 (quarenta mil, cento e vinte e um reais e dez
77 centavos). Além disso, houve redução de custeio de aluguel, condomínio, diárias, contratos de
78 consultorias e serviços de tecnologia. Em seguida, o diretor de Articulação Institucional da Fecam falou
79 das ações e serviços integrados da entidade, níveis de gestão, Sistema de Acompanhamento de Projetos e
80 Editais, modelo de gestão por indicadores, estratégia de ação na área político-institucional e mobilização
81 política permanente. O senhor Vedana informou ainda que em outubro será promovido o Diálogo
82 Municipalista – Encontro Regional, em Florianópolis. O evento, realizado pela Confederação Nacional de
83 Municípios (CNM), objetiva valorizar a realidade de cada região e encontrar caminhos para a atual crise
84 federativa que o Brasil vive. A CNM quer construir mecanismos que possibilitem a partilha igualitária
85 dos recursos arrecadados e novos modelos de gestão para desenvolver e aprimorar a administração em
86 todos os municípios. Podem participar do evento prefeitos, vereadores e agentes municipalistas. O diretor
87 da Fecam falou ainda que as prefeituras e as entidades municipalistas estão estudando a possibilidade de
88 promover uma paralização nacional, de forma a conscientizar a população sobre a crise econômica. O
89 senhor Vedana falou ainda que a Fecam emitirá documento ao Tribunal de Contas do Estado de Santa
90 Catarina (TCE/SC) pedindo benevolência no julgamento das contas dos prefeitos neste exercício,
91 analisando o contexto e não questões pontuais. Por fim, o diretor executivo falou que os deputados
92 estaduais e federais não estão alinhados com os interesses dos municípios, por isso, em todas as questões
93 é relevante que a AMMVI e os prefeitos formalizem cobranças aos deputados. Findada a explanação,
94 passou para assuntos gerais, momento em que o secretário executivo da AMMVI avisou os prefeitos da
95 Instrução Normativa nº 19 e nº 20 do TCE/SC, que tratam das prestações de contas dos prefeitos a partir
96 de dois mil e dezesseis, envolvendo também as Associações de Municípios e a ampliação de relatórios
97 dos consórcios públicos. Conforme as diretrizes da IN, as entidades e as prefeituras deverão fazer todo
98 ano relatório de gestão e relatório de controle interno, o que também demandará pessoal para
99 cumprimento das normas. A AMMVI vai fazer reunião para orientar os técnicos sobre o assunto. Além
:00 disso, não será mais permitido Câmaras de Vereadores sem autonomia contábil, o que exigirá de Rio dos
:01 Cedros e Benedito Novo reformulações para cumprimento das novas normas do TCE/SC. Outro assunto
:02 que vem gerando preocupação diz respeito aos critérios da STN para operações de crédito, em que a
:03 instituição está exigindo relatórios quadrimestrais para os municípios com população inferior a cinquenta
:04 mil habitantes e que tenham ultrapassado os 54% em pessoal. A AMMVI deverá fazer alguma pressão
:05 sobre isso, pois a STN não aceitou as justificativas de que esta exigência não está de acordo com a
:06 legislação e que vai prejudicar outros municípios que em breve deverão chegar aos 54%. Nada mais
:07 havendo a tratar, o senhor presidente da AMMVI encerrou a assembleia, agradecendo a presença de
:08 todos. E para constar, eu, Michele Prada, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será
:09 assinada por mim, pelo senhor presidente e pelo senhor secretário executivo da AMMVI.



ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ

CNPJ: 83.779.413/0001-43

Rua Alberto Stein, 466 – Fone (47) 3331-5800

89036-200 – BLUMENAU – Santa Catarina

www.ammvi.org.br

Paulo Roberto Weiss
Presidente da AMMVI
Prefeito de Rodeio

José Rafael Corrêa
Secretário Executivo da AMMVI

Michele Prada
Assessora de Comunicação Social da AMMVI

10
11